



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, ao Diário do Pará**

Publicada em 06 de setembro de 2007

Jornalista: A construção da unidade do Sarah Kubitscheck em Belém – que seria a sétima do país – iniciou em 2000 e teve as obras paralisadas. É verdade que a unidade está, ainda, sem funcionar, porque o governo federal interrompeu a obra? Quais os motivos pelos quais o hospital ainda não está funcionando?

Presidente: O governo sempre esteve empenhado na construção da unidade do Sarah em Belém, um investimento de 16,5 milhões de reais que é de vital importância não só para as crianças do estado do Pará, mas de toda a região Norte. Infelizmente, às vezes não basta a verba e a vontade do governo federal para a coisa acontecer, e algumas questões jurídicas acabaram atrasando a obra. Mas o dado concreto é que ela foi concluída e, muito em breve, a unidade do Sarah Kubitscheck de Belém estará em pleno funcionamento.

Jornalista: Por que a priorização ao Marajó para a concessão de títulos de terra? A região ainda carece de grandes taxas de falta de regularização fundiária?

Presidente: Porque, segundo o plano de desenvolvimento sustentável do Marajó, a imensa maioria dos moradores da região é de posseiros. Segundo a Gerência Regional de Patrimônio da União no Pará/ Amapá (GRPU-PA/AP), cerca de 70% dos ocupantes da área não possui qualquer documento. Por isso a prioridade. As ações de regularização no Marajó foram iniciadas ainda durante a elaboração do plano, em um trabalho conjunto da Secretaria de



Patrimônio da União e do INCRA. O primeiro passo foi viabilizar a regularização de imóveis por meio de autorizações de uso e criação de 34 projetos de assentamentos agroextrativistas – nos quais 2 332 famílias passaram a acessar as políticas de apoio à reforma agrária do governo federal.

Jornalista: A região marajoara é uma região extremamente rica do ponto de vista natural e com forte potencial para o Turismo. Por outro lado, apresenta alguns municípios com o maior índice de pobreza do Estado. Quais os principais pontos idealizados pelo governo federal para o Plano de Desenvolvimento para o Marajó?

Presidente: Em janeiro de 2008, vamos lançar o Programa Territórios da Cidadania. Com a participação de 10 ministérios, ele vai realizar ações integradas de apoio às atividades produtivas, cidadania e acesso a direitos – incluindo educação, saúde, cultura, documentação da mulher e investimentos em infra-estrutura. São medidas importantíssimas, que vão beneficiar 60 territórios rurais em todo o País. Ao todo, o programa prevê recursos da ordem de R\$ 1,4 bilhão no próximo ano, e o Marajó é um dos territórios prioritários para nós.

Jornalista: O problema de regularização fundiária não atinge apenas o Marajó, mas várias outras regiões do Estado, como o Sul do Pará, onde a tensão decorrente da questão agrária é alta. Como o governo Lula vem enfrentando esse problema e quais as medidas que vêm sendo tomadas pelo Incra?

Presidente: É preciso lembrar que nos últimos 20 anos o Estado brasileiro abandonou completamente a questão da regularização fundiária no País. Estruturas responsáveis pela implementação destas políticas no INCRA estavam extintas ou sucateadas, intensificando essas situações de ilegalidade e instabilidade jurídica. Foi preciso que nós recuperássemos a capacidade de o



Estado intervir no tema, com a reestruturação da área no INCRA e a readequação do marco legal. Foi aprovada a Lei 11.196, que viabiliza a regularização de posses com área entre e 100 e 500 hectares. A situação do Pará sempre teve a nossa atenção. Por isso, foi intensificada a atuação do governo, a começar pelo georeferenciamento de glebas – que é o ponto de partida do processo de regularização fundiária – em mais de 10 milhões de hectares na região de Altamira, Anapú, Novo Progresso, Medicilândia, Santarém, Belterra, Esperança, Pacajá, Cachoeira do Piriá, Coroaci-Paraná e Alto Alegre. Estamos enfrentando o problema com seriedade e colhendo frutos pelo nosso esforço.

Jornalista: Por ser uma região de fronteira e com imensas carências econômicas, o Pará ainda apresenta altas taxas de sub-registro civil. Existem números nesse sentido do Estado? Qual o objetivo do pacto de registro civil que será promovido pelo governo no estado?

Presidente: Os últimos dados disponibilizados pelo IBGE em dezembro de 2005 mostraram que a taxa de subregistro de nascidos vivos no Pará em 2004 era de 37,6%. Em 2005, foi de 31,5%. Mesmo tendo sido possível fazer decrescer essa taxa em 6,1 pontos percentuais no período de um ano, o Pará ainda apresenta a terceira maior taxa de subregistro de nascimento de nascidos por ano do Brasil. Ainda estamos aguardando os dados do IBGE referentes ao ano de 2006. O Plano Social Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica, que vamos lançar no Pará, é composto de um conjunto de ações nesse sentido. Será assinado, com os estados e municípios, um Termo de Adesão ao Compromisso Nacional pela Erradicação do Subregistro de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Civil. Esse compromisso vai permitir que, a partir dos comitês estaduais e municipais que o ente signatário se compromete a instituir formalmente, as ações para erradicação do subregistro de nascimento e acesso da população à



documentação civil básica, possam ser planejadas, implementadas e monitoradas. A Governadora do Pará assinará esse Termo de Adesão na solenidade de lançamento. Estou confiante de que, dessa forma, vamos dar um passo definitivo na redução das taxas de sub-registro no estado. Só assim vamos resgatar a cidadania e melhorar as condições de vida do meu querido povo paraense.